

**O EVANGELHO SEGUNDO PERÓN: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O PERONISMO - 1946 A 1955**

Francisco Alexandre Gomes

Francisco Olivando

RESUMO

Entre 1946 e 1955 a Argentina presenciou a ascensão, consolidação e queda do Estado peronista. O peronismo tinha seus aliados e opositores, assim como tinha suas características específicas. O presente trabalho pretende investigar as relações estabelecidas entre a Igreja Católica – tanto como aliada, quanto como opositora – e o estado peronista. Primeiro analisaremos o papel da Igreja no processo de consolidação do regime, em seguida, nos deteremos sobre as características doutrinária e autoritária que o Estado assume. Finalmente procuraremos mostrar como o choque entre o autoritarismo do Governo e o conservadorismo da Igreja, provocou uma cisão entre essas instituições, culminando com a queda do Estado Peronista.

Palavras-Chave: Igreja, Estado, Peronismo, Doutrina.

INTRODUÇÃO

Ao fazermos um levantamento bibliográfico dos escritos relacionados com o Peronismo, nos deparamos com uma enorme produção e não apenas historiográfica, mas também jornalística, memorialística, biográfica e literária. Mesmo assim, isso não impediu que enfrentássemos o problema da falta de fontes, pois, muito pouco deste vasto acervo, esteve acessível para nós, durante a elaboração deste artigo. Nossa pesquisa, que foi essencialmente bibliográfica, baseou-se principalmente em alguns livros historiográficos, como “*Multidões em cena*”, da historiadora Maria Helena Capelato e em artigos publicados em revistas especializadas na área de História.

Superada a primeira dificuldade, ou seja, encontrarmos fontes para pesquisa, nos deparamos com um segundo empecilho. Ao decidirmos que o tema deste trabalho seria as relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado Peronista, durante os anos de

1946 a 1955, percebemos que nenhum dos artigos disponíveis tratavam deste tema especificamente, pelo contrário, analisavam o cinema, os partidos, as eleições, as festas, os rituais, os imaginários e a figura de Eva Perón. Já os livros, evidenciavam principalmente a relação do Estado com os Trabalhadores. E quando apresentavam questões envolvendo o Estado e a Igreja eram em menor quantidade e sempre relacionadas com análises econômicas, sociais, políticas e culturais.

Solucionamos este impasse, ao definirmos a problemática central de nosso artigo. Em nossa abordagem pretendemos analisar as relações entre a Igreja e o regime de Perón através de duas interrogações: como a Igreja Católica contribuiu para consolidação do Peronismo? E como a cisão entre ela e o Estado abriu brechas para o fim do mesmo? Observando as perguntas, verificamos que elas apresentam certa contrariedade, no entanto, é a partir dessa aparente oposição existente nas indagações, que estabelecemos nossa problemática central, ou seja, sabermos qual o papel da Igreja enquanto um dos pilares solidificadores do Estado Peronista e enquanto um dos responsáveis pela sua derrocada. Mesmo não tendo disponível um estudo específico que nos desse uma base teórica interpretativa, capaz de nos auxiliar na formulação de hipóteses que trouxessem respostas para questão, verificamos que isto seria possível se cruzássemos as informações, referentes ao Estado e Igreja, extraídas das fontes que tínhamos em mãos. É o resultado do cruzamento desses dados que estaremos apresentando no decorrer do trabalho.

OS PRIMEIROS ANOS DO CASAMENTO ENTRE A IGREJA E O PERONISMO

Nesse item, tentaremos mostrar como surgiu a união entre a Igreja e o Peronismo e como esta aliança, que em nossa opinião funcionou como um verdadeiro casamento contribuiu para desenvolvimento do regime. Iremos ainda concordar com a historiografia que aponta os trabalhadores como sendo a principal base de apoio do Estado Peronista. Contudo, procuraremos demonstrar que a Igreja Católica também exerceu um papel relevante neste processo de ascensão e consolidação.

A TRAJETÓRIA DE PERÓN ATÉ AS ELEIÇÕES DE 1946

Em 4 de junho de 1943 o GOU - Grupo de Oficiais Unidos, usando como pretexto o restabelecimento da ordem e dos valores cristãos, dão um golpe de Estado na

Argentina. Assume o poder o general Arturo Rawson, que foi logo deposto pelo general Pedro Paulo Ramirez. Houve entre os coronéis do GOU uma distribuição dos cargos de confiança, Juan Domingo Perón ficou responsável pelo Departamento do Trabalho. Em 1944, Perón assumiu como vice-presidente do general Edelmiro Farrel. Nessa época, transformou o Departamento do Trabalho em Secretaria do Trabalho e Previdência sendo também Ministro da Guerra. A influência do coronel Perón estava em franca ascensão, a sua base de sustentação estava formada pelos trabalhadores, burguesia industrial nacionalista, o exercito e a Igreja Católica. A Igreja era uma das instituições mais empolgadas, pois as medidas do governo eram anticomunistas e proporcionaram muitas concessões para Igreja, inclusive na área de educação. Dessa forma, percebemos que mesmo antes de Perón assumir o poder, ele já mantinha um bom relacionamento com a Igreja.

Em 1945 Perón foi deposto de suas funções no governo, e é a partir desse momento que a história da Argentina presencia o surgimento daquela que é considerada por muitos, a principal figura feminina na história política da América Latina, Maria Eva Duarte - a futura Eva Perón. Ela organizou um movimento popular, que exigia o retorno de Perón. No dia 17 de outubro de 1945, uma multidão se reuniu na “Plaza de Mayo”, exigindo sua liberdade e restituição dos cargos que ele ocupava. A facção Peronista do exercito, exerceu sua força e recolocou o coronel no centro do poder, e ele discursou para a multidão reunida na praça:

(...) há dois anos pedi confiança, muitas vezes ouvi dizer que o povo, ao qual dedicava minhas horas do dia e da noite, havia me traído (...) por isso, senhores, quero nesta oportunidade, misturado com esta massa suada, estreitar profundamente a todos contra meu coração, como faria com minha mãe. ¹

Perón estava pronto para participar das eleições controladas pelo Exército.

O COMPORTAMENTO DA IGREJA CATÓLICA NAS ELEIÇÕES DE 1946

A campanha eleitoral transcorreu em clima agitadíssimo. Um relato de uma testemunha ocular sobre um combate de rua durante a campanha eleitoral, entre os partidários de Perón e os da oposição, nos dá uma idéia da dimensão da mobilização popular.

Por volta das cinco e meia ouvi os primeiros tiros no outro lado da praça... os moços da união democrática haviam-se dado os braços... para deter os seus companheiros enraivecidos que queriam cair sobre os bandos de peronistas...o tiroteio começou quando um jovem democrata correu perseguido por uma saraivada de pedras e pelos peronistas...de um modo geral, o fogo dos “democráticos”, foi mais vivo que os dos peronistas, se bem que estes últimos,entrincheirados nos edifícios circundantes e por trás das cortinas de aço,mandassem balas em quantidade suficiente para obrigar todo mundo a manter a cabeça baixada (...)²

Em fevereiro de 1946, Perón tendo como vice-presidente Quijano, vence as eleições com 55% dos votos, uma vitória simples demonstrando a clara divisão que vivia o país.

Foi fundamental para essa vitória o apoio da Igreja, da pequena burguesia, de facções conservadoras, da máquina governamental, do Exército, de grupos industriais nacionalistas e principalmente dos trabalhadores, estes últimos viam na eleição de Perón a garantia da continuidade e ampliação dos direitos que tinham sido colocados em prática pelo novo presidente, enquanto era apenas secretário do trabalho. A Igreja teve uma participação importante na vitória de Perón, segundo Luis Alberto Romero (2006) a Igreja “(...) em uma pastoral recomendou, com pouco eufemismo, o voto no candidato do governo que havia perseguido o comunismo e estabelecido o ensino religioso”.³ Vale ressaltar aqui a capacidade de Perón para não perder as suas condições de origens e continuar apresentando-se como uma voz externa ao campo político, e também sua capacidade de aglutinar e conter setores da sociedade pouco integrados assim como aqueles de baixa integração, principal mente aqueles que ingressaram na política através do amparo da tradição católica.(MACOR, 2001). Mesmo não exercendo o papel principal neste momento de ascensão do Peronismo – papel desempenhado pelos trabalhadores – a Igreja também contribuiu para que isso acontecesse, até porque a união com Perón dava sinais de que lhe traria muitas vantagens.

A Igreja durante o primeiro governo Perón

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Argentina tinha conseguido acumular muitas divisas, o país vivia um momento de abundância, geração de empregos, salários altos e um aumento do consumo por parte das classes populares. Nenhum dos presidentes anteriores tinha assumido o país em circunstâncias tão favoráveis. O Peronismo surgia em um clima de otimismo geral. Durante seu governo Perón buscou

apoio em quatro forças poderosas: os trabalhadores, o Exército, a burguesia industrial nacionalista e a Igreja. Esta última foi favorecida ainda em 1946, na lua de mel com o governo, com a lei que tornava o ensino religioso obrigatório. A lei serviu para fortalecer ainda mais o casamento entre as duas instituições. Enquanto o regime fosse prospero, o que aumentaria o contingente eleitoral entre a classe média e os setores populares, como no caso das eleições para a constituinte em 1948, a estabilidade estava garantida, mesmo por que o governo poderia contar com o apoio incondicional da Igreja, que além da lei que instituía o ensino religioso, era afagada com a “(...) restrição ao exercício de outras religiões, e um aumento substancial das verbas destinadas ao culto o que culminou em um maior número de circunscrições eclesiásticas e na duplicação do salário do clero”.⁴

Quando em 1949 Perón, consegue a aprovação da constituição justicialista, o Estado Peronista já estava consolidado, a Igreja Católica com seu apoio ao regime em troca das benesses do governo - a direção das universidades nas mãos de figuras relacionadas com o clericalismo hispanófilo, a reserva para os altos prelados de lugares importantes no cerimonial público, como monsenhor Copello, e a incorporação à lista de colaboradores de Perón, alguns sacerdotes, como padre Benítez, confessor de Eva Perón, e o padre Virgilio Fillipo, que trocou o altar por um assento no Congresso - contribuiu em muito para essa consolidação.

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1951, grande parte do clero, mais uma vez, estava ao lado de Perón. O presidente e Eva, sua esposa tinham conseguido desenvolver uma grande popularidade junto ao eleitorado feminino, pois as mulheres tinham conseguido o direito ao sufrágio em setembro de 1947, sob a crescente influência de Eva Perón. Com o Apoio da Igreja, da máquina governamental, de amplos setores da sociedade, principalmente os trabalhadores e do recente eleitorado feminino, o peronismo obteve uma grande vitória. Perón obteve 62,5% dos votos contra 32% da oposição radical. A Igreja tinha cumprido o seu papel e ao lado das demais bases de apoio ao governo, foi uma importante e fiel companheira no processo de consolidação do Peronismo.

A DOCTRINA DO ESTADO PERONISTA

Aqui iremos mostrar como o Estado Peronista, vai assumindo as características de uma verdadeira religião, principalmente através do culto aos seus maiores líderes, Juan Domingo Perón e Maria Eva Duarte de Perón. Hobsbawm (1996), em “*A era dos impérios 1975-1914*”, relata que ‘a nação’ passou a ser a nova religião cívica dos Estados europeus, na Argentina de Perón houve um esforço por parte do Estado Peronista, no sentido de que o Peronismo viesse a ser a nova religião cívica dos argentinos. Para a Historiadora Maria Helena Capelato (1998), Perón se apresentou como o “salvador da pátria” e propôs ser o redentor do povo argentino, esse mito do redentor

(...) só foi sobrepujado por outro mais forte, o mito de Eva Perón, redentora da Argentina... por um lado, o mito Eva complementou o do salvador, por outro, o sobrepujou. No resultado final, a somatória dos dois reforçou o imaginário Peronista.⁵

Salientaremos ainda que a doutrina do Peronismo procurou assumir o papel de um novo Evangelho, não aceitava opositores e pretendia regular todas as instâncias da sociedade.

O discurso Peronista deixava implícito que, com o desenvolvimento e o triunfo final do movimento, esses seres ‘residuais’, antiperonistas, identificados como ‘não-argentinos’, e ‘antipatrias’, estariam tendencialmente condenados a extinção. Quando os argentinos coincidissem completamente não haveria mais divisão na sociedade. Essa reivindicação do coletivo mais amplo, peronistas = argentinos, mostra que o alvo da propaganda consistia na configuração de uma totalidade Peronista.⁶

SANTA EVITA, SÃO PERÓN

A nova Argentina que estava sendo construída, apresentava uma característica importante, ela vivia um movimento em que o líder e as massas compunham o nós da identidade nacional. (CAPELATO, 1998). O historiador Eric. Hobsbawm (1996) afirma que em uma era onde as políticas são de massa, os sistemas precisam buscar formas de legitimidade. No Peronismo a deificação dos líderes foi uma dessas formas mais evidenciadas. Para Montserrat Guibernau (1997)

Os indivíduos, através de sua identificação com a nação, podem ser comparados aos fiéis... e os fiéis que se comunicam com seu Deus não são meramente pessoas que vêem

novas verdades que o incrédulo ignora: são indivíduos mais fortes, sentem-se mais poderosos para resistir as provações da existência ou para vencê-las(...) ⁷

Portanto ao desenvolverem um culto cívico, onde havia um verdadeiro endeusamento dos líderes do Peronismo, os argentinos não estavam simplesmente dando respaldo ao discurso de um líder carismático. Essa deificação só acontecia porque eles se sentiam parte da nação e os líderes dessa nação praticavam ações que lhes proporcionava uma sensação de segurança e fortaleza para enfrentarem os embates cotidianos.

Percebemos isso ao verificarmos que uma das coisas que mais contribua para exaltação de “Santa Evita” eram as obras realizadas por ela no campo social, “*Ela tornou-se a encarnação do Estado benfeitor e previdente, que com a marca da “dama da esperança” adquiriu uma dimensão pessoal e sensível*”.⁸ Segundo Gerson Galo Ledezma (?):

Evita foi vista através de suas obras de caridade e suas numerosas dádivas, como a Santa Claus; Perón foi elevado à categoria de Santo e rei na cidade de Luján a cidade sagrada das romarias argentinas, onde se levanta a catedral que recorda a revelação da virgem que mais acende o espírito católico dos países do rio da prata.⁹

Os dois principais líderes do Peronismo tornam-se objeto de cânticos e são aclamados nas praças, se desenvolve no país uma espécie de “culto cívico-religioso” que foi mais forte do que em outros países da América Latina. Pois na Argentina a massa se identificava com o líder. A política de Justiça social do governo aproximava Perón do povo, ele não era visto apenas como um protetor, mas também como um companheiro, um amigo e o “primeiro trabalhador”. (CAPELATO, 1998). Pelo que podemos observar esse imaginário sacro em torno do Peronismo, despertado entre os descamisados, a parcela da sociedade mais beneficiada pelas obras de Evita, é um dos fatores fortes de legitimação do regime. Isso fica evidente quando falamos na oposição ao regime. Aqueles que não se sujeitam ao justicialismo eram amedrontados com os discursos de Evita:

Ai de quem se atreva a se opor a Perón: Nós faremos justiça com nossas próprias mãos (...) e o piedoso Deus não permita que esses néscios levantem uma mão contra Perón porque, lhes anuncio: marcharão todos os descamisados do país e não restará pedra sobre pedra que não seja peronista. ¹⁰

O imaginário sagrado criado em torno de “São Perón” e “Santa Evita”, permitia-lhes a cooptação das massas que eram usadas como arma contra os opositores do regime. Estava pronto o cenário para invenção da nova doutrina, “o Evangelho Segundo Perón” este era propagado através dos meios de comunicação, do sistema educacional, em fim, através de todas as instituições possíveis de serem utilizadas pelo governo.

UM ESTADO ONIPRESENTE, ONISCIENTE E ONIPOTENTE

Baseado na tríade: trabalhadores, peronismo, Argentina, o Estado pode ser encaixado entre a categoria das religiões políticas. (DEVOTO /FAUSTO, 2004). Esse fato é perceptível quando observamos a maneira como ele apresentava seus conteúdos, ou seja, similar ao modelo eclesiástico, por exemplo, no “decálogo dos direitos do trabalhador”, ou nas “vinte verdades do justicialismo”, enunciadas em um comício de 1950. Além, de o culto a personalidade ser muito forte, o Estado vai procurar estar em todo lugar, principalmente através da propagação de seu ideário. Perón vai se utilizar largamente da escola e da mídia, desta ultima, ele manteve praticamente o monopólio, o rádio e uma posição preponderante nos órgãos de imprensa. Nas escolas o Peronismo tentou impor sua própria liturgia partidária e a imagem sacra de seus líderes, especialmente durante a segunda presidência.

Um dos exemplos que nos permite observar com clareza, a pretensão do governo de ser onipresente e onisciente é através do cinema. Naquela época *el cine* era o passatempo favorito da maioria dos argentinos. O Estado incentivou de várias maneiras a produção cinematográfica, criou festivais, aprovou uma lei que obrigava todas as salas a exibirem filmes nacionais, mas, em contra partida exigia que os filmes apresentassem mensagens ideológicas a favor do regime, obrigava também a passagem pelo crivo do governo de todos os filmes, antes de irem para as salas de exibição. Para José Retali e Ricardo Pereyra (2001) o cinema não foi o único a sofrer pressão de um governo onipresente e onisciente, os jornais, os livros, as rádios também sofreram com isso. Mas “(...) devido à grande aceitação da massa do espetáculo cinematográfico, ele se transformou em um dos canais preferidos, sobretudo, porque a propaganda podia ficar encoberta por baixo do atrativo da história narrada.”¹¹

Um Estado onipotente, capaz de dirigir a economia e cuidar da segurança do povo, devia ser a esfera onde os diferentes interesses sociais, previamente organizados,

negociassem e resolvessem seus conflitos, era esse o objetivo de Perón, rompendo assim com a concepção liberal de organização estatal. O governo seguia um caminho autoritário, mudou a suprema corte, interviu nas províncias, acabou com a autonomia das universidades, os opositores no Congresso foram cassados ou excluídos e jornais como o *La prensa* foram fechados. Segundo Capelato (1998) o Peronismo seguiu esse caminho porque a todo custo queria por em prática sua Doutrina de Justiça Social, onde os homens tivessem uma maior igualdade de possibilidades. Para ela apesar de tentar eliminar os opositores, tanto pela perseguição como pela repressão, o Peronismo não os destruiu totalmente e eles combateram o regime até o fim, em 1955.

A doutrina do Evangelho Segundo Perón, era apresentada como sendo a doutrina nacional, esta era legitimada pela participação popular no regime, o que se considerava mais importante do que mesmo a aprovação eleitoral. A doutrina do Estado Peronista

(...) articulava tanto o Estado quanto à comunidade organizada. Estado e movimento, movimento e comunidade confluíam no líder, que formulava a doutrina e executava, de maneira inflexível e pragmática, com sua arte de condutor que, apesar de pessoal e intransferível, podia ser ensinada àqueles que assumiram postos importantes no regime, os discípulos e subordinados (...) ¹²

O Estado Peronista conseguiu implantar sua doutrina com sucesso e como já estava estabelecido, o processo de peronização da sociedade estava a pleno vapor. *“Essa “peronização” se dava em várias frentes: na educação, nas forças armadas, na Igreja e na administração pública, onde se exigia filiação ao partido”*. ¹³ A postura política de Perón acaba por afastar um grupo importante de eclesiásticos, estes vendo que os seus interesses estavam sendo prejudicados pela política autoritarista do governo aliaram-se aos opositores, *“Outros lamentaram a renúncia de Perón as propostas nacionalistas, e muitos outros viam com cautela alguns aspectos da política democratizante das relações sociais, como, por exemplo, a equiparação dos direitos entre filhos “naturais” e legítimos.”* ¹⁴ Este conflito de interesses será melhor analisado no item a seguir.

O FIM DO CASAMENTO COM A IGREJA E A QUEDA DO ESTADO PERONISTA

Como já dissemos anteriormente este item analisara como o evangelho segundo Perón entra em choque com o conservadorismo da Igreja Católica. Nosso propósito será mostrar, que as medidas autoritárias do Estado, acabaram por estragar o relacionamento deste com um dos seus principais aliados, de tal forma que a separação foi inevitável. Não uma simples separação, mas um verdadeiro divórcio, pois o regime em um determinado momento aprovou uma lei estabelecendo a necessidade de alteração da Constituição, onde a Argentina seria transformada em um Estado laico. Neste item iremos trabalhar com hipótese de que a separação entre o Estado e a Igreja forneceu a brecha que os opositores do regime estavam esperando para poder atacá-lo e destruí-lo.

O AUTORITARISMO DO ESTADO, O AFASTOU DA IGREJA CATÓLICA

Como visto nos itens anteriores, o casamento da Igreja com o Estado Peronista foi formado a base de muitas trocas de favores, por exemplo, a lei instituída por Perón que restringia o culto a outras religiões e em troca ele ganhou um aliado fundamental na formação e consolidação do projeto Peronista. A participação da Igreja Católica foi preponderante e ela tornou-se uma das principais aliadas do governo, afinal de contas, a população Argentina não fugia à regra das populações latino-americanas que têm na Igreja Católica uma grande orientadora e formadora de opiniões. Mas, a partir da consolidação do regime, o Peronismo começou a mostrar sua face autoritarista. As atitudes tomadas pelo governo nem sempre estavam de acordo com ideologia do catolicismo, e os conflitos começaram a aparecer. Segundo Luis Alberto Romero (2006), este conflito “(...) *apesar de haver muitas razões, não era um conflito inevitável.*”¹⁵ O citado autor também atribuiu esse desentendimento a falta de habilidade de Perón, algo que tinha sido muito útil ao presidente durante todo o regime.

Lembrando-nos dos favores trocados entre o governo e a Igreja, base de sustentação da aliança entre ambos, eles começaram a desaparecer quando a partir de 1950 o regime Peronista passou a ter uma postura de auto glorificação requerendo para si todos os espaços simbólicos sociais. (CAPELATO, 1998). A aliança da Igreja com o Estado peronista manteve-se forte até a segunda eleição de Perón, “(...) *a partir de então as relações começaram a entrar em conflito e a disputa pelo espaço simbólico culminou em 1955 com a eliminação do ensino religioso nas escolas.*”¹⁶

Pelo lado do Estado, dentre os motivos que levaram ao rompimento do casamento, podemos evidenciar a maior participação da Igreja na política, tanto de forma mais discreta através dos grêmios estudantis, como de forma mais aberta através do Partido Democrata Cristão. Desta forma ficou impossível à união entre a Igreja e o regime, a política do Estado estava indo de encontro aos objetivos da Igreja e ela passou a atuar no campo oposto, sendo que neste momento os seus membros, em sua maioria, se posicionavam totalmente contra o regime que tinham ajudado implantar e sustentar. A atitude conservadora da igreja e sua atuação do campo da política deram margem para que o Estado passa-se a observá-la como uma instituição subversiva. Assim, encontramos uma frase que se encaixaria nesse contexto “a política é muito dinâmica”.

Como vimos à doutrina autoritária Peronista passou a ir de encontro com os interesses de um dos principais aliados do regime, a Igreja, agora, estava tendo os seus objetivos atrapalhados pela conduta governamental. Dentre as medidas governamentais que mais atingiram a Igreja podemos citar: a revogação do ensino religioso obrigatório, legalização do divórcio, retirada do apoio oficial aos estabelecimentos católicos de ensino. Mas, a posição mais contundente do governo com relação a essa questão, foi o que aconteceu em maio de 1955, ou seja, “(...) a aprovação pelo congresso de uma lei declarando a necessidade de se alterar a Constituição justicialista para consolidar a separação entre Igreja e Estado.”¹⁷ Diante dessa situação a Igreja passa a representar uma instituição de vanguarda na luta contra o regime. E é justamente ela que vai funcionar como um ponto de guarida para os inimigos e opositores do presidente, que na visão destes havia abandonado o projeto original, sobretudo, no aspecto nacionalista.

O CONFLITO DIRETO COM A IGREJA E A QUEDA DO REGIME

Chegava ao fim um casamento que tinha sido vantajoso para ambos os lados, agora Igreja e Estado, antes unidos, partiam para o confronto direto. O conflito, propriamente dito, começou em 1954 na cidade de Córdoba, quando duas manifestações concomitantes aconteceram para saudar o dia do estudante, uma organizada pela Igreja Católica e outra pela UES – União dos Estudantes Secundaristas. A partir de então foram vários ataques disparados de ambos os lados. Em dezembro do citado ano, as farpas trocadas começaram a aumentar, com o ataque político oficial, na procissão da Imaculada Conceição. Os vícios da Igreja passaram a ser expostos pelo governo, mesmo que as denúncias fossem dirigidas a alguns poucos padres, se tratou de ataque feroz,

além disso, as procissões foram proibidas, os prostíbulo foram reabertos, muitos padres foram perseguidos e presos e a imprensa, nas mãos do governo, veiculou várias denúncias públicas e comentários maldosos com relação a moral e conduta dos eclesiásticos. Essa situação representou um verdadeiro choque para uma população que, desde o início do Peronismo vinha sendo estimulada a ter apreço pelos valores católicos cristãos.

O contra-ataque da Igreja estava sendo preparado, ela não ficou de braços cruzados ao ser atacada, por toda a cidade de Buenos Aires foram distribuídos Panfletos, as associações laicas da igreja como, por exemplo, a Ação Católica mobilizaram seus quadros e partiram para o enfrentamento. Além de seus membros, a Igreja conseguiu mobilizar, nessa cruzada contra o Estado peronista, todos os opositores de Perón que viram no momento a oportunidade de derrubar o regime. Os partidos de oposição não tinham força sozinhos para derrubar o presidente, precisavam cerrar fileiras com setores que tivessem força de aglutinar a população Argentina, para acabar com o governo. Não só a Igreja como também a parte dissidente das forças armadas, chamados de nacionalistas católicos, muito influentes na caserna, juntou-se à causa antiperonista.

As hostilidades contra o Estado Peronista cresceram, chegando ao ponto de em junho de 1955, a aviação naval tentar matar Perón bombardeando a casa rosada, a *Plaza de maio* e a residência presidencial. Tais atitudes fizeram, em um primeiro instante, Perón recuar anunciando medidas de conciliação nacional. Esse recuo foi estratégico, pois Perón faria um discurso inflamando os peronistas a acabar com os seus opositores por conta própria, em agosto de 1955, na mesma noite se fez presente à ira dos peronistas incendiando várias igrejas. Duas semanas após os incêndios das igrejas, em 16 setembro 1955, surge em Córdoba, cidade mais antiperonista e mais Católica da Argentina, um levante militar, e uma frota da marinha deslocou-se até Buenos Aires, onde ocorreram enfrentamentos e posteriores negociações. A crise com os militares iniciada depois que o Estado rompeu com a Igreja, deixou o regime numa situação insustentável. Poucas alternativas restavam para Perón, confrontado pela Igreja e pelos Militares, instituições que tinham sido fundamentais, para sua sustentação no poder por todos esses anos, ele escolhe abandonar o governo, embarcando em uma canhoneira paraguaia em direção ao exílio. (DEVOTO / FAUSTO, 2004). O Estado Peronista chegara ao fim.

Indiscutivelmente pela característica autoritária do regime, o que provocou um choque entre os interesses do mesmo e os da Igreja e também pela falta de uma coisa que vinha sendo fundamental na sustentabilidade de Perón no poder, a sua capacidade de ser habilidoso nas negociações com instituições importantes, abriu-se a brecha que seus opositores estavam esperando com muita expectativa. Essas coisas foram fundamentais para o rompimento entre a Igreja Católica e o Estado Peronista, que a nosso ver, foi o grande passo para que o regime Peronista entrasse em colapso, pois, foi a partir daí que as outras instituições que eram ideologicamente parceiras da Igreja - afinal esta tinha muita influência no seio da população argentina, como apresentamos no começo deste item - fincaram pé na defesa da Igreja e em seguida, é lógico, nos de seus próprios interesses. (DEVOTO / FAUSTO, 2004). É o que vamos ver na seqüência da história Argentina, o poder militar, “responsável” pela deposição de Perón se consolida no país. Qualquer participação dos militares na defesa da Igreja e na deposição do presidente autoritário, com certeza não foi uma mera coincidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resposta ao problema apresentado na introdução do presente artigo, nossa pesquisa que teve apenas fontes bibliográficas, elencou a seguinte interpretação: mesmo sendo inegável que foram os trabalhadores a principal base em que o Peronismo apoiou-se e consolidou-se, como afirmamos anteriormente, a Igreja também exerceu um papel importante nesse processo histórico. Ela atuou não apenas como uma mera coadjuvante, pelo contrário, ao lado dos trabalhadores e das forças armadas e dos industriais nacionalistas, ela foi um dos atores principais no processo de consolidação do Estado Peronista. Com relação a sua atuação no movimento proporcionador da derrocada do Peronismo, não foi menor sua importância. Concordamos que foram os militares, através da Revolução Libertadora, os responsáveis pelo golpe de misericórdia no regime. No entanto, foi a Igreja que conseguiu aglutinar em torno de si todos os opositores do regime, estes últimos, enxergaram na briga entre Igreja e Estado a chance que tanto esperavam para derrubar o presidente. Não temos dúvidas, a Igreja exerceu um papel de vanguarda no movimento que culminou na renúncia de Perón, em setembro de 1955.

Consideramos importante salientar que essa atitude ambígua da Igreja, ou seja, num primeiro momento é uma das principais aliadas do Estado e num segundo, toma a

frente da luta para a derrubada do mesmo, deveu-se principalmente a duas questões: a primeira foi à característica autoritária que o Peronismo passou a apresentar no decorrer do regime. A segunda refere-se ao conflito de interesses entre esse Estado autoritário e uma instituição extremamente conservadora, como a Igreja Católica. A igreja esteve ao lado do governo enquanto ele a ajudava na concretização de seus objetivos, no entanto a partir do momento em que o Estado passou a não aceitar opositores, a não respeitar a opinião dos parceiros, criou sua própria divindade e seu próprio evangelho, como observamos na citação a seguir:

(...) porque os únicos amigos nossos não de ser os amigos de nossa causa e se um amigo dessa causa tem um momento de loucura e se desvia desde esse instante deixa de ser amigo. Nós não temos mais amigos nem compromissos que nossa causa. Isto significa que não temos outra bandeira, senão a de nossa causa, que é a bandeira da pátria e de Perón. Essa é a bandeira que seguimos, e por ela somos capazes de fazer qualquer sacrifício e renunciara a qualquer coisa.¹⁸

Ela não estava disposta a sacrificar, nem a renunciar seus interesses em prol do “Evangelho Segundo Perón”, pelo contrário, ela combateu esse Evangelho até que ele chegasse a fim. Se esta atitude da igreja foi realmente importante para manutenção dos interesses da mesma, só uma nova pesquisa analisando as relações da Igreja e o estado Argentino pós 1955 poderá nos dizer.

NOTAS

¹ (Pronunciamento de Perón, em 17 de outubro de 1945). In: Aquino, Rubim Santos Leão de / Lemos, Nivaldo Jesus Freitas de / Lopes, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das Sociedades Americanas*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2000. Pág. 580.

² Dozer, Donald Marquand. *América Latina: uma perspectiva histórica*. 1ª Ed. São Paulo, Editora da USP, 1960. Pág. 571.

³ Romero, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*: Tradução, Edmundo Barreiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar. 2006. Pág. 96.

⁴ Fausto, Boris / Devoto, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução dos textos em castelhano por Sergio Molina. 1ª Ed. São Paulo, Editora 34. 2004. Pág. 295.

- ⁵ Capelato, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. 1ª Ed. Campinas, Papirus, 1998. Pág. 268.
- ⁶ *Ibidem*. Págs. 267-268.
- ⁷ Guibernau i Berdun, M. Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Tradução do texto por Mauro Gama / Claudia Martinelli Gama. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. Pág. 84.
- ⁸ *História Contemporânea da Argentina*. Op. Cit. Pág. 105.
- ⁹ Meneses, Gerson Galo Ledezma. *Imaginario y fiesta populista en América Latina. Problemas Políticos Latinoamericanos*. Popayán (Colômbia): Universidad del Cauca (ISSN: 0121-8573), v. 2, n. 3, 1997. Pág. 51.
- ¹⁰ *Idem*.
- ¹¹ Obs: Esta citação estava originalmente escrita em espanhol, a tradução foi feita pelos autores deste artigo. Pereyra, Ricardo Rodríguez / Retali, José Fuster. El Grito Sagrado: El Cine Argentino durante El período peronista (1946-1955). In: *História – Unisinos*, Vol. 5, Nº 03, jan/jun de 2001. Pág. 67.
- ¹² *História Contemporânea da Argentina*. Op. Cit. Pág. 108.
- ¹³ *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Op. Cit. Pág. 310.
- ¹⁴ *História Contemporânea da Argentina*. Op. Cit. Pág. 105.
- ¹⁵ *Ibidem*. Pág. 122.
- ¹⁶ *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Op. Cit. Pág. 234.
- ¹⁷ *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Op. Cit. Pág. 590.
- ¹⁸ (Escritos Políticos de Eva Perón). In: *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Op. Cit. Pág. 589.